



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0021130-78.2012.8.17.0001 (0325449-9)

Agravantes: S R de Carvalho Dantas Comércio e outro

Agravado: Itaú Unibanco S/A

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA A PESSOA JURÍDICA. INDEFERIMENTO NO 1º GRAU. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA MISERABILIDADE OU DO PREPARO RECURSAL. RECURSO DESERTO. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 481 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Insurgem-se os agravantes contra a decisão terminativa que negou seguimento ao seu recurso de apelação, em razão da manifesta inadmissibilidade, ante a ausência de preparo, nos termos do art. 511 do CPC.
2. Em se tratando de pessoa jurídica ou entidades sem fins lucrativos o Superior Tribunal de Justiça tem assentado como cabível também a concessão da gratuidade, desde que concretamente demonstrado o estado de necessidade da requerente. Precedentes.
3. Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".
4. Sabendo à época da interposição do recurso que a gratuidade da justiça lhe foi indeferida, o recorrente deveria ter acostado novas provas de sua miserabilidade e, inclusive, custeado o preparo, afinal, consoante o artigo 511 do CPC, "no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção". Na ausência dessas duas condições (novas provas e preparo), o recurso há de ser julgado deserto. Precedentes.
5. Agravo improvido. Decisão unânime.



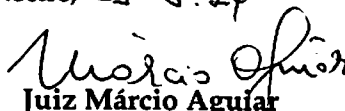
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

168
M

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0021130-78.2012.8.17.0001 (0325449-9), em que figuram como Agravantes S R de Carvalho Dantas Comércio e outro e Agravado Itaú Unibanco S/A, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 23.05.14


Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



1

169
H

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0325449-9

Agravantes: S R de Carvalho Dantas Comércio e outro

Agravado: Itaú Unibanco S/A

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Por decisão terminativa de fls. 116/120, a Relatoria Substituta negou seguimento ao recurso de apelação dos autores em razão de sua manifesta inadmissibilidade, ante a ausência de preparo, nos termos do art. 511 do CPC.

Irresignados com a mencionada decisão monocrática, S R de Carvalho Dantas Comércio e outro interpuseram o presente agravo legal previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, aduzindo, em síntese, que a concessão da gratuidade judiciária deve ser vista de forma menos restritiva, por se tratar de um direito social de todos os cidadãos.

Argumentam que a Lei nº 1.060/50 apenas exige a declaração da parte de sua hipossuficiência, bem como que a simples existência da presente execução sem que a executada tenha conseguido adimplir suas obrigações já demonstra a situação calamitosa dos agravantes e a ausência de condições de arcar com as despesas judiciais.

Ressaltam, igualmente, que o banco agravado reconheceu a sua qualidade de hipossuficiente, pois não impugnou a declaração por eles apresentada.

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão terminativa proferida na Apelação Cível nº 0325449-9:

"DECISÃO TERMINATIVA:

S R de Carvalho Dantas Comércio interpôs a presente apelação contra decisão (fls. 86/89) proferida pelo MM Juiz de Direito da 29ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos do Embargos à Execução, julgou improcedente a ação e indeferiu o pedido de gratuidade da justiça do embargante, sob o fundamento de que, por se tratar de pessoa jurídica, há a necessidade de mais documentos que comprovem a hipossuficiência, além da declaração de pobreza.

mp

170
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Em suas razões (fls. 92/98), o apelante reiterou o pedido pela gratuidade da justiça. Desse modo, não efetuou o pagamento das custas do recurso, além de não acostar novas provas de sua situação hipossuficiente.

Por sua vez, no juízo de admissibilidade (fls.99), o juiz recebeu a apelação e isentou de preparo nos moldes da lei nº 1.060/50.

Decido:

À partida, cumpre ressaltar que o presente recurso encontra-se sem o devido preparo.

A Lei nº 1.060/50, ao tratar das normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados, assegura o acesso ao Poder Judiciário àqueles que, em razão da humildade de suas condições econômicas, não têm como suportar os encargos e as custas processuais para o exercício da sua cidadania.

No caso de pessoa física, a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita não se condiciona à prova do estado de pobreza do postulante, mas tão-somente à mera afirmação desse estado. A declaração apresentada, em tais hipóteses, goza de presunção *juris tantum* de veracidade, podendo ser indeferido apenas diante de elementos de prova em sentido contrário. Nesse sentido: STJ REsp 1108218/RS, EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no Ag 952.186/RS.

Em se tratando de pessoa jurídica ou entidades sem fins lucrativos o Superior Tribunal de Justiça tem assentado como cabível também a concessão da gratuidade, desde que concretamente demonstrado o estado de necessidade da requerente. Trata-se de presunção relativa, a exigir prova eficaz da hipossuficiência invocada.

Colham-se, nesse sentido, os precedentes:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. ENTIDADE FILANTRÓPICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE NECESSIDADE. REEXAME DE PROVAS EM SEDE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. “No que toca à gratuidade de justiça, a Corte Especial pacificou o entendimento de que tal benefício ‘pode ser concedido às pessoas jurídicas apenas se comprovarem que dele necessitam, independentemente de terem ou não fins lucrativos’ (EResp 1015372/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, DJ de 01.07.2009). 2. “A pretensão de

mf

179
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ). 3. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (AgRg nos EDcl no REsp 1294788/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 05/03/2013)

"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. 1. A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita às pessoas jurídicas, previsto na Lei 1.060/1950, exige comprovação de miserabilidade para arcar com os encargos do processo, mesmo nos casos de entidades filantrópicas ou beneficentes. Precedentes do STJ. 2. Agravo Regimental não provido." (AgRg no REsp 1338284/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 18/12/2012)

"AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ENTIDADE FILANTRÓPICA OU BENEFICENTE - PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA. 1.- "Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza" (EResp 1185828/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, DJe 01/07/2011). 2.- Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1254194/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 27/06/2012) (g.n.).

"SINDICATO. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE PROVA DA MISERABILIDADE. INSUFICIÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. I - As pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza. Precedentes: EREsp nº 1.185.828/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 01/07/2011 e AgRg no AgRg no REsp nº 1.153.751/RS, Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 07/04/2011. II - Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 130.622/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 08/05/2012) (g.n.).

Nesse influxo, restou editada a Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça, a saber: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

4

172
M

Compulsando os autos, vê-se que o apelante tentou comprovar sua hipossuficiência aquém dos requisitos necessários para a concessão do benefício para pessoa jurídica.

Logo, sabendo à época da interposição do recurso que a gratuidade da justiça lhe foi indeferida, o recorrente deveria ter acostado novas provas de sua miserabilidade e, inclusive, ter custeado o preparo, afinal, consoante o artigo 511 do CPC, "no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção".

Na ausência dessas duas condições (novas provas e preparo), o recurso há de ser julgado deserto.

É o que bem entende a jurisprudência pátria:

"Tendo sido indeferido o benefício da justiça gratuita no juízo de origem durante o curso do feito e não comprovada, pelo apelante, quando da interposição do apelo, no qual renovou o pedido de concessão da gratuidade judiciária, sua condição de miserabilidade, tampouco efetuado o preparo recursal, inviável é o conhecimento do recurso" (TJRS, Décima Primeira Câmara Cível, Apelação Cível nº 70043659499, Relator Des. Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, julgado em 19/10/2011).

"RECURSO ESPECIAL - RENOVAÇÃO DE PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA POR OCASIÃO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO - POSSIBILIDADE - DEMONSTRAÇÃO DE PLANO DA INCAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS NO SEGUNDO PEDIDO - NECESSIDADE - DECRETAÇÃO DA DESERÇÃO, SEM CONCESSÃO DE PRAZO PARA EFETIVAÇÃO DO PREPARO - POSSIBILIDADE, IN CASU - RECURSO NÃO CONHECIDO. I - Observa-se, na espécie, que, à parte postulante do benefício da gratuidade judicial, competia, já por ocasião da determinação judicial de fls., comprovar a alegada ausência de condições financeiras para arcar com as custas do processo. Não o fazendo, e, por consequência, tendo sido indeferido seu pedido, é certo que a renovação deste, seja qual for o momento processual em que se efetue, deve ser, de plano, instruída com a demonstração de sua reafirmada incapacidade financeira, sob pena de tornar inócuo o anterior provimento judicial; II - É indubitável que a parte-requerente, ao efetivar o pedido em sede de recurso de apelação, que, em verdade, consubstancia-se em renovação daquele, tinha ciência da necessidade de comprovar sua condição de miserabilidade e, não o fazendo,

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5

123
1

bem como deixando de recolher o preparo do recurso de apelação, não se afigura escorreito proceder-se a uma nova intimação exatamente para tal desiderato. III - Recurso Especial não conhecido". (STJ, TERCEIRA TURMA, REsp 1034545/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, julgado em 26/8/2008, DJe de 26/9/2008).

"PROCESSUAL CIVIL. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO, NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL, DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA QUE, FORMULADO NA PETIÇÃO INICIAL, VEM A SER DENEGADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO, NO SEGUNDO PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA, DA MUDANÇA NA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RECORRENTE. HIPÓTESE EM QUE SE IMPÕE A DECRETAÇÃO DA DESERÇÃO, SEM CONCESSÃO DE PRAZO PARA EFETIVAÇÃO DO PREPARO, PELA FALTA DE COMPROVAÇÃO DA MUDANÇA NAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO RECORRENTE. 1. De acordo com o art. 114 do RISTJ, o requerimento dos benefícios da assistência judiciária, no Tribunal, será apresentado ao Presidente ou ao Relator, conforme o estado da causa (insere-se entre as atribuições do Presidente decidir, antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária, nos termos do art. 21, XIII, i, do RISTJ); após a distribuição, cabe ao Relator decidir tais pedidos, em conformidade com o art. 13 da Lei 11.636/2007). Por sua vez, o art. 6º da Lei 1.060/50 prevê que o pedido de assistência judiciária, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A partir da interpretação da legislação em vigor, conclui-se que, embora seja possível a renovação, no ato de interposição do recurso especial, do pedido de assistência judiciária que, formulado na petição inicial, vem a ser denegado nas instâncias ordinárias, faz-se necessária a comprovação, no segundo pedido de gratuidade da Justiça, da mudança na situação econômica do recorrente. 2. No caso, o autor requereu, na petição inicial, os benefícios da assistência judiciária, requerimento que, na primeira instância, veio a ser indeferido. Interpôs, então, agravo de instrumento, porém o Tribunal de origem manteve a negativa de seguimento do referido agravo. Na sequência, ainda interpôs recurso especial contra a denegação da gratuidade da Justiça, mas, diante da inadmissão desse recurso na origem, deixou decorrer o prazo para interposição de agravo de instrumento ao STJ. Novamente intimado, veio a efetuar o pagamento das custas iniciais. Depois de processada e julgado o feito, ao interpor apelação contra a parte da sentença que lhe era desfavorável, o autor também recolheu as respectivas custas. Ao interpor o presente recurso especial, preliminarmente renovou o pedido de assistência judiciária. Após oferecidas as contrarrazões e admitido o recurso na origem, os autos foram encaminhados a esta Corte, tendo sido a mim distribuídos, sem apreciação do pedido de gratuidade da

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Justiça. Diante das circunstâncias dos autos, impõe-se a decretação da deserção, sem concessão de prazo para efetivação do preparo, em razão da falta de comprovação da mudança nas condições econômicas do recorrente. Nesse sentido: REsp 1.034.545/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe de 26.9.2008; AgRg no REsp 1.055.040/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 17.11.2008; REsp 637.737/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 18.10.2004. 3. Recurso especial não conhecido". (STJ, SEGUNDA TURMA, REsp 1151644/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 5/8/2010, DJe de 1/9/2010).

Isto tudo bem posto e ponderado, observado o ditame do *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de apelação, por ser manifestamente inadmissível, nos termos do art. 511 do CPC e da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Recife, 31 de janeiro de 2014.

Juíza Virginia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta".

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Isto posto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 29.05.14


Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado